



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

HOMEM MATCHO GUILHERME MUSTASSE

**A SITUAÇÃO POLÍTICA NA GUINÉ-BISSAU:
INSTABILIDADES E CONFLITOS INTERNOS (2000-2018)**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

HOMEM MATCHO GUILHERME MUSTASSE

**A SITUAÇÃO POLÍTICA NA GUINÉ-BISSAU:
INSTABILIDADES E CONFLITOS INTERNOS (2000-2018)**

Trabalho de conclusão de curso submetido à Universidade Da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) como parte de requisitos parciais para obtenção do título de Bacharel interdisciplinar em humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Matheus Benedicto.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

HOMEM MATCHO GUILHERME MUSTASSE

**A SITUAÇÃO POLÍTICA NA GUINÉ-BISSAU:
INSTABILIDADES E CONFLITOS INTERNOS (2000-2018)**

Projeto apresentado como parte dos requisitos para obtenção de grau Bacharel em Humanidades, no Curso de Bacharelado em Humanidades, do Instituto de Humanidades e Letras-IHL, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileiro-Unilab.

Data de aprovação: 04/04/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo Matheus Benedicto (Orientador)

Doutor em educação pela faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.
Universidade da integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Prof. Dr. Pedro Acosta Leyva - Examinador

Doutor em Teologia pela Faculdade EST, Brasil.
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Prof. Dr. Deolindo Nunes de Barros - Examinador

Doutor em ciência política pela Universidade Estadual de Campinas, Brasil.
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

SUMÁRIO

| | | |
|----------|------------------------------------|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 5 |
| 2 | JUSTIFICATIVA | 6 |
| 3 | PROBLEMÁTICA | 7 |
| 4 | HIPÓTESES | 7 |
| 5 | OBJETIVOS | 8 |
| 5.1 | GERAL | 8 |
| 5.2 | ESPECÍFICOS | 8 |
| 6 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 8 |
| 6.1 | A ESPERANÇA NA ESTABILIDADE | 21 |
| 6.2 | CRISE POLÍTICA DE 2008 | 21 |
| 6.3 | O ATENTADO QUE MATOU NINO VIEIRA | 22 |
| 6.4 | TUMULTOS DE NATAL E MORTE DE SANHA | 22 |
| 6.5 | CRISE POLÍTICA DE 2015 | 23 |
| 7 | METODOLOGIA | 28 |
| 8 | CRONOGRAMA | 30 |
| | REFERÊNCIAS | 31 |

1 INTRODUÇÃO

A Guiné Bissau é um país da África ocidental que faz fronteira com Senegal ao norte, Guiné Conacri ao sul, e com Oceano atlântico a oeste. O território guineense abrange 36.125 Km², com uma população estimada em 1,500 milhões de habitantes.

Guiné Portuguesa, como era conhecida no período colonial, foi uma colônia portuguesa até 1973, ano em que o Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC) declarou, unilateralmente, a sua independência. No entanto, essa independência só foi reconhecida um ano depois, em 1974. O nome da Capital Bissau, foi adicionado ao nome do país para evitar a confusão com a Guiné-Conacri. Foi a primeira colônia portuguesa no continente africano a ter independência reconhecido por Portugal.

A Guiné Bissau tem um histórico de instabilidade política desde a sua independência e nenhum presidente eleito conseguiu completar com sucesso um mandato completo de cinco anos.

Diante disso, o presente projeto de pesquisa tem como o título “*A SITUAÇÃO POLÍTICA NA GUINÉ BISSAU: instabilidades e conflitos internos (2000-2018)*”

A minha motivação em trabalhar com esse tema é que, a 45 anos que a Guiné-Bissau foi reconhecida a sua independência pelo Portugal, assim sendo, o primeiro país no continente Africano a ter reconhecida a sua independência por Portugal, mas até hoje não consegue andar com os próprios pés. O país depende muito da ajuda externa. O que não seria necessário, pois a Guiné-Bissau tem muitas riquezas para um povo tão pequeno. Nossos Líderes não ajudam muito para o progresso da Guiné-Bissau, ou se o faz, o fazem muito pouco. Esse é um dos fatores que mantem a Guiné-Bissau mergulhado na pobreza extrema.

O nosso trabalho é de tentar compreender o que tem mantido a Guiné-Bissau nessa constante instabilidade política. E tentar entender de que maneira podemos ultrapassar essas crises em que o país está mergulhado. Por isso, este trabalho se assenta nos quatro grupos que pretendemos pesquisar que são eles: os militares, os políticos e a sociedade civil, e possíveis interferências externas dos países de sub-região. Porque pesquisar esses grupos? Nós acreditamos que para compreender o problema da instabilidade política na Guiné-Bissau é preciso falar com a sociedade guineense (povo), por que são mais afetados quando o país está na insanidade política. E são eles que votam na hora de eleger os líderes. Em seguida vem os militares, porque queremos entrevistar os militares? Todos sabemos que a maioria dos problemas que se passou no país, provavelmente os militares tiveram uma grande participação, era eles que decidiam. É de conhecimento de todos guineenses que qualquer

presidente que quer ter um mandato de cinco anos de sucesso é obrigado a nomear um chefe de Estado Maior de Exército da sua confiança. Só assim ele pode completar um mandato de cinco anos de sucesso, caso contrário ele corre riscos de ser deposto do cargo antes de terminar o mandato. De acordo com Cordeiro (s/d.p.2). A partir do período da transição política na Guiné –Bissau, muitos políticos usufruíam do apoio militar em relação à conquista do poder. Por isso eles, optaram por não questionar devidamente o legado autoritarismo do regime militar vigente.

Não é de hoje que isso vem acontecendo é um problema de longa data. Por outro lado, nós queremos estudar as possíveis interferências externas na política da Guiné-Bissau, nomeadamente os países que fazem fronteira com nosso país, nomeadamente Senegal e Guiné Conacri.

Por último na atual conjuntura política na Guiné-Bissau os políticos estão dando problemas mais aos cidadãos em vez de resolver os seus problemas que eles prometeram resolver durante campanhas eleitoras. Depois de dois mil e catorze essa questão ficou claro, durante a campanha atual Presidente José Mario Vaz tinha dito que não iria derrubar o governo do seu partido, mas depois de pouco tempo ele derrubou governo liderado por engenheiro Domingos Simões Pereira. Aliás eles prometem muita coisa depois de serem eleitos eles fazem tudo ao contrário. Pressupõem que eles são responsáveis de todos problemas ligado a instabilidade e da pobreza do país.

2 JUSTIFICATIVA

O meu interesse por esse tema surgiu na sequência de constante instabilidade política que nosso país é vítima. Por causa dessas crises a sociedade guineense em geral está sofrendo, e a cada mandato temos que passar por momentos de instabilidade. Uma questão de extrema impotência é que, depois de nossa independência, nenhum presidente conseguiu terminar um mandato de cinco anos com o sucesso. A instabilidade tem assolado a Guiné-Bissau até aos dias atuais. Os dirigentes não são capazes de dar uma educação de qualidade para cidadãos que os elegem. Por estes motivos surgiu a minha inquietação em trabalhar com este tema.

Quanto a relevância, este trabalho se justifica em vários aspetos: social, político e académico. Importância social, justifica-se em contribuir na forma como a sociedade pode lidar com atual conjuntura social, política e económica.

Na importância política esse trabalho tem como objeto, buscar caminhos para que ocorra compreensão entre os políticos, para podermos ultrapassar essas derrubes de governos. Por outro lado, poderá ajudar na montagem de estratégias para eliminação destes tumultos que estão a perturbar o cotidiano guineense.

Quanto a importância acadêmica, esse trabalho servirá para outros que queiram desenvolver um trabalho mais apurado no futuro sobre a mesma questão. Por outras razões, poderá promover debates sobre essa temática dentro da Academia.

E quanto a relevância pessoal, essa pesquisa me proporcionará informações que possibilita o entendimento e compreensão do atual cenário político guineense. Entende que para ser um político é preciso conhecer palmo a palmo os problemas mais profundos da instabilidade política na Guiné Bissau, para poder não cair nas mesmas ciladas quando for eleito presidente.

3 PROBLEMÁTICA

A razão da nossa investigação tendo em conta a conjuntura política da Guiné-Bissau parte da seguinte inquietação:

- ✓ Quais são as estratégias que tornam possível compreender as motivações internas e externas para a instabilidade política na Guiné-Bissau?

4 HIPÓTESES

Possivelmente, quanto a assunto da instabilidade política na Guiné Bissau não há uma certa unanimidade sobre o assunto em questão, a maioria da população guineense acredita que a origem dessas instabilidades que têm assolado o país há muito tempo são frutos da ocupação colonial sobre o território da Guiné-Bissau. Por outro lado, a sociedade guineense na diáspora, acreditam que a má preparação dos políticos é o motivo que tem mantido o país na instabilidade. Também é levantada a questão dos militares como sendo os verdadeiros causadores de todos esses problemas da instabilidade, pois, todos golpes ocorridos no país tiveram a participação das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP).

5 OBJETIVOS

5.1 GERAL

- ✓ Analisar as causas internas e externas de instabilidade política, econômica e social na Guiné-Bissau.

5.2 ESPECÍFICOS

- ✓ Investigar os três grupos da sociedade guineense, os políticos, os militares e a sociedade civil.
- ✓ Identificar a raiz dessas instabilidades depois da independência;
- ✓ Averiguar a possível influências externa como causa dos conflitos políticos internos.

6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com CORDEIRO (s/d), com o enfraquecimento do regime autoritário e a emergência da democracia representativa na Guiné-Bissau, as instituições políticas democráticas nunca tiveram os seus momentos estáveis. O país assistiu, lastimavelmente, as derrocadas dos governos e presidentes eleitos democraticamente, sendo substituídos pelas nomeações dos outros governos de transições e presidentes interinos do interesse dos militares. Salvo o golpe de 1980 da era autoritário, os militares nunca assumiram o poder propriamente dito, isto é, a partir do período democrático, nunca um militar proclamou-se presidente da República, nomeando os membros da classe castrense para cargos dos ministérios.

A lógica da relação civil-militar passa apenas pelo uso das Forças Armadas (FA) pelos próprios civis como um meio de chegar ao poder. Pela mão dos políticos, os militares derrubam os governantes em exercício administrativo e voltam ao quartel, deixando o poder para outro governo de transição, com prerrogativas de supervisionarem o andamento democrático e defenderem a legalidade, conforme os artigos 20 e 21 da Constituição da República lhes conferem essas funções. Esse tipo de relação motiva as FA a derrubarem o governo eleito que ameace os seus interesses ou tente impor controle democrático sobre os

militares. Foi isso que aconteceu quando Nino Vieira foi derrubado em 1999, e Kumba Yalá em 2003, culminado com assassinato brutal do primeiro, pelos próprios militares, em 2 de março de 2009.

A criação do gabinete Co-Presidência da Junta Militar, situado em frente à presidência da República após a guerra civil de 1998/99, constituiu uma resistência formal dos militares em relações ao controle civil democrático. O General Ansumane Mané, líder da “Junta Militar” e chefe do Estado Maior General das Forças Armadas até em novembro de 2000, data em que foi assassinado após a desavença devido as promoções dos generais, sentia-se com o direito de controlar o funcionamento democrático e frear o comportamento do Presidente Kumba Yalá. Este por sua vez, resistia a esse controle dos militares com o seguinte discurso: “ou morremos todos ou vivemos em paz”. Kumba Yalá preferiu esse duro discurso na sequência de outro preferido por Ansumane Mané, o qual tinha dito que iria amarrar uma corda na cintura de Kumba Yalá, freando a sua velocidade. Após a guerra civil de 1998/99, as contradições entre o governo eleitos e seus braços armados (Forças Armadas) continuaram a criar obstáculos para o andamento e a consolidação da democracia culminado sempre com tragédias como golpes de estado, perseguições e assassinatos entre políticos e militares. Tendo em conta o momento da situação política extremamente delicada, este artigo objetiva por um lado analisar as práticas de militarismo e da impunidade que continuam impossibilitando o desenvolvimento e a consolidação da democracia; por outro, busca responder as seguintes perguntas: o que é preciso fazer para melhorar a atual situação da democracia militarizada na Guiné-Bissau? Por que os governos democráticos guineenses não conseguem combater as ações nocivas militaristas e a impunidade, impondo o controle civil sobre os militares? O que é preciso fazer para reprimir comportamento violentos das Forças Armadas no processo democráticos?

Seguindo a linha de formalidade em que o sistema político possibilita a escolha dos representantes da nação pelas realizações das eleições regulares, a Guiné-Bissau pode ser classificada por um regime democrático, mas, na prática, o que vigora é o militarismo. Pode parecer exagero para quem não conhece a realidade política daqueles país e não acompanha com um olhar de pesquisa aquilo que frequentemente acontece entre os civis e militares na arena política guineense. Embora o militarismo seja uma ideologia, pressupondo a ideia de quem deve governar são os próprios militares, sendo um deles presidente e outros dirigindo a maioria dos Ministérios ou todos. A maior parte do regime autoritário foi dirigido por um presidente militar (combatente da liberdade da pátria, homem de guerra, o general João Bernardo Vieira). Durante o seu mandamento autoritário, alguns Ministérios foram dirigidos

por antigos combatentes que travaram a luta pela independência da Guiné-Bissau. A partir do período da pós-independência, as Forças Armadas foram tidas como baluartes da ordem e segurança territorial, desempenhando o papel da construção e coesão nacional.

Os discursos de Amílcar Cabral evidenciavam a ideia de que as Forças Armadas eram fundamentais para a libertação e a segurança territorial da Guiné-Bissau, mas não para tomar decisões do destino político e econômico do país. Essa intenção de Cabral em colocar os militares em seus devidos lugares após a independência, sem a menor dúvida, constituiu um dos motivos do seu assassinato. (CORDEIRO, s/d, p. 4). Na visão de Campos (2012, p.11). Em 1973 Amílcar Cabral é assassinado em Conacri por um grupo de agentes do inimigo: Inocêncio Kani, Aristides Barbosa e Momo Turé. Eram os três guineenses e membros do PAIGC. Na ocasião do crime estavam cerca de duas centenas de guineenses em Conacri e todos sabiam que estavam em marcha um golpe contra a direção de Cabral e nada fizeram para o evitar, porque estavam muitos insatisfeitos pelo facto de serem sempre os guineenses a combater, enquanto os cabo-verdianos ficavam em Conacri, sentados às suas secretárias. Na sequência deste crime, foram executados centenas de guineenses, muitos deles inocentes e a direção do partido passou a ser totalmente controlado por cabo-verdianos. Sobre Osvaldo Vieira caiu a pesada suspeita de nada ter feito para evitar o atentado. Primeiro, foi afastado e depois morreria, alegadamente por doença, mas provavelmente, assassinado.

Durante a luta pela independência, as forças Armadas agiam em função da força decisória da política, isto é, não eram espontâneas ou mecânicas as atuações dos militares. Essa atitude revelava a postura da submissão e obediência dos militares em relação ao Bureau político do partido chefiado por Amílcar Cabral. Talvez, se Amílcar Cabral não tivesse sido assassinado em 1973 na Guiné-Conacri (país vizinho do lado sul da Guiné-Bissau), a segurança pública guineense não seria completamente militarizada, isto é, contaminada pela praga do militarismo que arruinou o povo guineense, isto porque, segundo Cabral (1978, p.157), o objetivo da luta não era apenas derrubar o sistema colonial, mas também satisfazer as aspirações, os sonhos, os desejos do nosso povo: ter uma vida digna, decente, como todos os povos do mundo desejam, ter a paz para construir o progresso na sua terra, para construir a felicidade parra seus filhos.

Amílcar Cabral percebia e contestava os desvios de procedimentos dos combatentes da liberdade da pátria (os militares) que lutavam para acabar com a violência e a opressão dos “tugas” e, ao mesmo tempo cometiam violências contra as nossas populações nas zonas libertadas. Por isso, no decorrer da luta armada, dizia ele:

Não podemos permitir de maneira nenhuma que as nossas Forças Armadas, os nossos militares ou os nossos responsáveis, se esqueçam, por um momento que seja, que a maior consideração, a maior respeito, a maior dedicação, devem ser para o povo da nossa terra, para as nossas populações, sobretudo nas arias libertadas da nossa terra. Quem está disposto a morrer com um tiro qualquer, nesta guerra, mas que é capaz de faltar ao respeito aos filhos do nosso povo, as gentes das tabancas (aldeias), à população, morrem sem saber porque é que está a morrer ou então morre enganado (CORDEIRO apud CABRAL, 1978, p. 158).

A segurança pública da Guiné-Bissau está completamente militarizada. A militarização da segurança pública significa quando estamos um aparato militar atuando podem ser construtores e protetores da nação, mas não garantem da segurança pública, muito menos da reposição da ordem democrática e constitucional de um país que queria consolidar a sua democracia. Caso contrário, essa militarização tenderá a colocar em xeque a instabilidade política, e, é provável que as Forças Armadas venham derrubando os governos civis eleitos pelo povo em nome da própria segurança pública e da ordem social, como frequentemente acontece no país.

Quando as instituições políticas e coercitivas são sólidas ou infligem penas sobre os perturbadores da ordem constitucional: assassinos, golpistas, assaltantes, apropriadores de fundos públicos, etc., os atores sociais e políticos pensam duas vezes antes de cometer a corrupção ou crime, levando em conta que tais crimes podem refletir nas suas penas, ou seja sabem que serão responsabilizados pelos seus atos criminosos. Neste caso, eles tenderiam a evitar a comete-los. Contrariamente, quando são frágeis, como o caso da Guiné-Bissau, principalmente Polícia Judiciária, Ministério Público e Justiça, os indivíduos se sentem motivados a cometer qualquer irregularidade: nepotismo, desvios de fundos públicos, golpes de Estados, abusos de poder, assassinatos, entre outras transgressões da lei, ou seja, é provável que os autores sociais e políticos roubem fundos públicos, assassinem, torturem, derrubem o governo e a presidente, ou violem quaisquer tipos de direitos humanos sob a convicção de que instituições coercitivas não funcionam e eles nunca serão punidos por seus crimes.

As instituições, no entanto, moldam comportamento dos atores sociais, ao mesmo tempo, estes moldam seus comportamentos em função de determinados tipos de instituições.

A impunidade na Guiné-Bissau é um dos legados do regime autoritário que durou mais de duas décadas. Com a transição política na década de 1990, o funcionamento político institucional não só herdou a política militarista, mas também, a da impunidade facilitada pela ineficiência do funcionamento da polícia Judiciária, do Ministério Público e da justiça da Guiné-Bissau. Tais instituições, quando são incapazes de levar a cabo uma investigação sobre atos de crimes praticados pelas chefias militares e líderes políticos, colocam sempre como

desculpas a falta de colaboração institucional ou da população em geral, embora o caso dos assassinatos de Nino Vieira e Tagmé Na Waié traga outra desculpa, isto é, a falta de verba para a comissão responsável pelos inquéritos. Conforme o discurso do atual procurador Geral da República (PGR) da Guiné-Bissau, Luís Manuel Cabral, a Procuradoria Geral da República está sem dinheiro para continuar o processo de investigação aos assassinios do presidente Nino Vieira e do general Tagmé Na Waié.

Nos períodos posteriores à guerra civil que durou 11 meses (junho de 1998 a maio de 1999), mais precisamente, a partir do mandato de Kumba Yalá em 2000, continuam imperando as violações dos direitos humanos sem serem punidos os transgressores. Essas violações foram desencadeadas de diferentes formas: perseguições dos civis (políticos) e jornalistas, que culminaram no fechamento de um dos meios de comunicação social (a Rádio Bombolom) pelo presidente Kumba Yalá assassinato de Ansumane Mané, Veríssimo Correia Seabra, entre outros membros da Forças Armadas.

A Guiné-Bissau tem sido marcado por vários crimes cometidos durante os conflitos políticos e militares, isto porque os responsáveis pela proteção e aplicação da lei constitucional facilitam a impunidade pelos seguintes motivos: amizades, partidarismo e medo dos militares.

É mister, no entanto, levarmos em conta as gravidades da impunidade na Guiné-Bissau. Entre o autoritarismo e a democracia, são várias denúncias e evidências de crime ainda pendentes, começando pelo assassinato de Amílcar Cabral até os casos mais recentes. Duvido que os principais responsáveis dos assassinatos de Tagme Na Waié e João Bernardo Vieira sejam punidos pelos bárbaros crimes dos dias 1 e 2 de março de 2009. Digo os responsáveis principais, para me referir aos mandantes desses assassinatos e não apenas aqueles que executaram as ações mortíferas (mandatados). Tal como o assassinato de Amílcar Cabral foi um ministério para as nossas instituições coercitivas, assim aconteceu com muitos outros casos de crimes na Guiné-Bissau.

Para melhor chamar atenção sobre as ondas de impunidade motivadas pela ineficiência e incapacidade das instituições coercitivas (Justiça, Ministérios Público, Judiciário e Sistema Prisional) e que transformam a sociedade guineense num Estado de ódio, de instabilidade política e social, a nossa intervenção é deixar abertas as seguintes indagações:

Quem foram os assassinos de Amílcar Cabral, Nicandro Pereira Bareto, Ansumane Mané, Veríssimo Correia Seabra, Domingos Barros e Lamine Sanha? Quem torturou Silvestre Alves e Francisco Fadul? Quem foram os responsáveis pela vala comum descoberta após o golpe de 1980 que derrubou Luís Cabral? Quem foram os traficantes de armas que deram a

origem à guerra civil na Guiné-Bissau? Quando serão julgados os políticos e militares suspeitos de cumplicidades com o narcotráfico? Por que Bubo na Tchuto não foi julgado pela acusação de tráfico de droga e pela acusação de tentativa de golpe de Estado? Por que o Intchami Yalá não foi julgado pela alegada tentativa de golpe? Por que o advogado Pedro Infanda foi preso e torturado por ordem das chefias militares? Quem foi o responsável pelo desaparecimento de 500 quilos de cocaína apreendidos e guardados no Tesouro Público? Quem forma os assassinos de Tagmé Na Waié e João Bernardo Vieira?

Todas essas questões foram colocadas para mostra como as instituições coercitivas podem fomentar crimes, corrupção, deserdem e instabilidade política quando não conseguem investigar, apurar e julgar os transgressores de direitos humanos. Não são questões para fomentar o ódio e a revolta dos familiares dessas vítimas, mas sim, para cobrar responsabilidades dos membros das nossas instituições coercitivas em relação aos seus trabalhos que juraram fazer em nome da justiça social e sem discriminação da classe social.

De acordo com Cordeiro, Amílcar Cabral instruiu as Forças Armadas Revolucionária do povo, que o projeto menor que eles tinham que cumprir já está feito, agora faltava programa maior que era desenvolvimento do país. Depois da morte de Cabral fizeram todo o contrário, começaram as brigas pelo poder e isso deu origem a muitos assassinatos que se estendeu até os dias atuais. Cabral não lutou para libertar a Guiné do jugo colonial só, mais o sonho do Líder Amílcar Cabral era, para que o povo guineense pudesse viver como outros povos também, tendo boas escolas hospitais de qualidade e sem se depender muito das ajudas externas como tem acontecido a muitos anos.

Para o país jovem e que tinha tudo para se desenvolver como outros, acabou por ficar estático por ambição de políticos corruptos que queria se enriquecer a qualquer custo. A Guiné Bissau é um país muito pequena territorialmente falando e tem uma população muito pequena, mas até hoje essas populações não sabem o que é a paz, o sossego ou a tranquilidade, por causa de sucessivos golpes de estado. Os guineenses não têm bons hospitais, nem água potável para todos cidadãos, que fará as escolas de qualidade em relação a outros países Africanos.

A cada legislatura é promessas de todo tipo, mas ao chegar na presidência esquecem de tudo que prometeram ao povo.

Em vez de criar mecanismos que visa a acabar com a pobreza no país, fizeram tudo o contrário, massacraram povos para obter riquezas. Muitos problemas de instabilidade estão relacionados a essa questão, principalmente a que toca com golpes de estado.

Para BWOCK (2015) depois da guerra civil, em oito de maio, foi formado o governo de transição. Houve a realização das eleições em 28 de novembro de 1999; nessas eleições, houve a participação de 13 partidos políticos, o PAIGC saiu derrotado, o PRS (Partido da Renovação Social) saiu vitorioso. No segundo turno, Koumba Yalá, o novo presidente, tomou posse no dia três de janeiro 2000, no mesmo ano, Ansumane Mané, que liderou a junta militar para derrubar o Nino Vieira, foi assassinado. O mandato de Yalá não conseguiu chegar até o fim, pois foi interrompido devido a um golpe de Estado, que colocou fim ao seu mandato em novembro de 2003, devido a vários problemas que o país estava enfrentando durante o período de seu mandato. De acordo com Moema Parente Augel (2007, p.71) Kumba Yalá não correspondeu às expectativas do povo guineense nem da comunidade internacional, representada pelos doadores financeiros, da qual o país depende. O temperamento problemático e instável do novo presidente, a clara preferência dada aos membros da sua etnia balanta e os conflitos internos no seio das comunidades político e militar não deixavam lugar para uma boa governança. Não surpreendeu, por isso, logo no ano de 2000, assassinato do cabeça da revolta militar de 1998, Ansumane Mané, embora os motivos nunca tenham sido inteiramente esclarecidos. Em 2003, um golpe de Estado retirou Kumba Yalá da presidência, e o governo do país, em meio a muitas crises e muitas instabilidades, passou novamente para um regime provisório até novas eleições parlamentares, ocorridos em maio de 2004, com a já esperada vitória para primeiro Ministro do comerciante Carlos Gomes Junior também conhecido pelo apelido Cadogo filho, candidato do PAIGC, partido que vinha gozando de crescente retomada de prestígio. O governo de transição, com o Presidente Henrique Pereira Rosa, pessoa completamente fora das esferas políticas e partidárias até então, pautou-se pela seriedade e pela prudência. Mesmo assim, em 6 de outubro de 2004, aconteceu um novo assassinato político, a saber, do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, General Veríssimo Correia Seabra, estritamente ligado a Ansumane Mané.

De acordo com Augel, Kumba Yalá que chegou a presidência através de uma vitória sobre o candidato do PAIGC, não conseguiu chegar ao fim do seu mandato, ao longo de três anos de mandato ele foi deposto de cargo através de um golpe de estado. O presidente Yalá fracassou no seu mandato, em vez de o país voltar a normalidade, ele parecia afundar mais em problemas da crise que cada vez mais deixava a população desconfortável, é claro não só a população guineense que estava desconfortável com atual situação política que se passava no país, mas assim como a comunidade internacional.

Em junho de 2005, foram realizadas as eleições presidenciais, já previstas para este ano. Essas eleições aconteceram sob muitas tensões, e, no segundo turno, em 24 de junho, o vencedor foi João Bernardo Nino Vieira (Nino Vieira) que, depois de ser expulso do PAIGC ao ser derrubado pela junta militar, regressou ao país depois de passar alguns anos em asilo político em Portugal, mesmo sendo proibido de voltar, e se candidatou a presidência da república, vencendo as eleições. (AUGEL, 2007, p.71)

Para CASIMIRO (Didinho), (2006) “Nino” Vieira que já foi presidente da Guiné-Bissau durante 18 anos, sabe que as concertações que fez com outros candidatos para ganhar votos e por assim dizer: a presidência, será o seu primeiro fator de pressão, ou seja: dor de cabeça na definição de directrizes para o seu mandato.

Uma das suas apetências que se concretizará com o tempo e após a tomada de posse, será certamente o derrube do governo em funções e a formação de um governo tipo: Unidade Nacional, que será formado por pessoas próximas a ele, tanto da ala fraccionista do PAIGC, como de outros partidos que o ajudaram na sua eleição, destacando se o PRS através de Kumba Yalá e o PUSD através de Francisco Fadul.

O futuro Governo a ser formado por “Nino” Vieira, será um governo de total submissão ao “Chefe”, que por sua vez será um fiel submisso dos interesses de países vizinhos: Senegal e Guiné-Conacri, que se apoiaram a sua eleição. Em detrimento da afirmação e valorização dos interesses da Guiné-Bissau na região. Tudo isso é previsível se tomarmos em conta que a Guiné-Bissau foi hipotecada com estas eleições presidenciais a interesses externos. Interesses externos que irão permitir que “Nino” Vieira volte a fazer da Guiné-Bissau a sua propriedade, ainda que num contexto político social diferente de há uns anos atrás, pois a mudança de mentalidades é uma realidade presente a considerar. A divisão entre guineenses como fator real de desestabilização na presente conjuntura da Guiné-Bissau é um rastilho que perigosamente continua exposto. Os guineenses esperem para ver a actuação de “Nino” Vieira, mas fazem-no de forma reservada, pois não esquecem o passado triste de 18 anos da sua anterior presidência. A Guiné-Bissau, o país, já está a perder com a eleição de “Nino” Vieira para o cargo de presidente da República e o tempo encarregar-se-á de o confirmar.

De acordo com CASIMIRO, “Nino” Vieira não deveria ganhar as eleições na Guiné-Bissau, pois ele já tinha feito muitos anos da presidência de república e não fez nada para ajudar o país a crescer, ele “Nino” Vieira não conseguiu ajudar no crescimento da Guiné-Bissau, ao longo de 18 anos, ele não fez nada além de aumentar as intrigas e desavenças que terminou numa luta armada de 98, ele foi pedir ajuda aos países vizinhos nomeadamente Senegal e a Guiné-Conacri, uma guerra que durou 11 meses e os seus aliados perderam frente

aos veteranos da luta armada, que lutaram contra regime portuguesa, chamados também de Antigos Combatentes da Liberdade da Pátria. Vale a pena salientar que “por pressões internacionais, V. Exa. Aceitou abrir o país ao multipartidarismo em 1991, um facto digno de registo, pese embora nada se ter alterado na forma como dirigia o país. Organizou e venceu as primeiras eleições presidenciais no país em 1994 e continuou a sua caminhada até ao levantamento militar de 7 de junho de 1998 que projetou o país para a guerra civil tendo como consequências a morte de um número indeterminado de pessoas, a destruição de infraestruturas do país e, igualmente, o seu derrube do cargo de Presidente da República. Tal como sucedeu no passado em relação a Luís Cabral, os que o derrubaram também fundamentaram a necessidade de o derrubarem tendo como argumento fuzilamentos, assassinatos, perseguições, prisão e tortura de cidadãos nacionais e estrangeiros”. (CASIMIRO, 2006, p. 13).

Depois dessa época o “Nino” Vieira foi pedir asilo em Portugal, e depois de seis anos ele voltou para a Bissau com desculpas de que veio para ser julgado pelos crimes da qual ele era acusado, o que não chegou de acontecer e no mesmo ano ele se candidatou e as presidências e conseguiu ganhar as eleições.

Ambas as reivindicações manifestavam a sua vontade de regressar a Guiné-Bissau para ser julgado e foram feitas durante o período do seu exílio em Portugal, sendo a primeira numa entrevista radiofónica a Rádio Renascença e concedida ao jornalista guineense Hólmer Araújo, numa transmissão feita a 18 de junho de 2003 e outra numa carta endereçada a liga Guineense dos direitos humanos e recebida pela liga a 10 de outubro de 2003. “Como cidadão tenho direito ao bom nome e boa reputação e é óbvio que ela tem estado a ser posta em causa pelo poder político da Guiné-Bissau e pelos “media” que reproduzem as acusações sem fundamento que são feitas, com graves prejuízos morais para minha família e para mim próprio.” “Nino” Vieira em carta enviada a liga Guineense dos Direitos humanos (LGDH) a pedir para regressar ao país, onde afirma quer ser julgado. (CASIMIRO, 2006, p. 8)

Em uma declaração a Agência Lusa, Luís Manuel Cabral, a carta foi recebida pela liga a 10 de outubro de 2003, mas acabou por ser “metida na gaveta”, não era consentâneo com a divulgação do pedido de Nino Vieira.

De acordo com CASIMIRO (2006), Kumba Yalá Presidente da República da Guiné-Bissau, teria dito que “Nino Vieira só voltará à Guiné Bissau quando ressuscitar todas as pessoas mortas no caso 17 de outubro”. Segundo Campos (2012), em 1986 um grupo de balantas, liderados por Paulo Correia, conspiraram para derrubar Nino Vieira. São presos, julgados sumariamente executados. O Paulo Correia, herói de Conacri, ex-vice-Presidente, teriam sido arrancados os olhos, antes de ser fuzilado. Além de Paulo Correia, foram fuzilados Viriato Pã, Braima Bangurá, Biankeré Na Tchanda, Pedro Ramos e N’bana Sambu. Este

episódio sangrento marca o princípio do declínio de Nino Vieira, pois ele deixou de contar com o apoio dos balantas, que constituem a maior e mais combativa etnia da Guiné e aquela que tem mais elementos integrados nas forças armadas.

Numa entrevista concedida em Bissau, no dia 05 de dezembro de 1998, antes de ser digitado para chefiar o governo, Francisco Fadul foi entrevistado sobre o regime de Nino Vieira da qual ele fazia parte.

“Francisco Fadul, novo primeiro ministro da Guiné-Bissau”

<<Nino Vieira devia ser julgado>>

EXPRESSO. - Estamos perante um caso de concentração e abuso de poderes. Nino é um ditador?

FRANCISCO FADUL. - Sim, sim. Quando o poder está concentrado, daí ao abuso de poder, daí à tirania, ao despotismo, à ditadura, é uma questão de passos, de interesses e de oportunidade. Todos nós não erraremos muito se culpamos o senhor Nino Vieira de assassínios, de espancamentos, de calúnias, de difamações e indignificação de dirigentes.

EXP.- Acha que ele deve ser julgado por essas práticas?

F.F.- Acho que sim. Como exemplo de imparcialidade do Estado. Nino Vieira entende que está acima da lei, que não está ao alcance da lei. As leis foram feitas para os homens e ele não é homem, é semideus. Talvez até se considere Deus, quem sabe...

EXP.- Você esteve ao seu serviço...

F.F.- Efetivamente estive quatro anos ao serviço pessoal, direto, dele enquanto assessor jurídico e social. Assumo as minhas responsabilidades. Já o vinha apoiando muito antes do 14 de novembro de 1980, como a responsabilidade quem poderia ajudar a resolver os problemas da sociedade.

EXP.- Está arrependido?

F.F.- Francamente estou. Porque o Nino Vieira permitiu-me que o conhecesse bem. Logo no dia 15 de novembro escrevi-lhe uma carta de encorajamento, felicitando-o, mas pedindo que governasse democraticamente, porque o nosso povo é humilde e trabalhador, desejoso de emancipação, de dignificação. Dizia-lhe que, caso não o fizesse, alguém com menos pergaminhos do que ele viria a ser chefe de Estado.

EXP.- É o que está a acontecer?

F.F.- Ainda não, porque a comunidade internacional tem estado a suavizar a escalada política da Guiné-Bissau. Por isso é que, no dizer de um amigo meu, Nino Vieira saiu da Guiné no dia 29 de outubro como exilado e voltou de Abuja como Presidente...

Há exemplos na história do uso da força revolucionária, legitimada pelos interesses e aspirações do povo e da sociedade, para erradicar um outro tipo de força – força legítima, violenta, reacionária (no sentido de contrária ao movimento da história, à vontade popular e aos anseios da sociedade). Quero com isto dizer – e assumo que, mesmo perante um derrube militar de Nino Vieira, eu estaria a dizer: graças a Deus fez-se justiça. Ainda que pela força, mas uma força legitimada. E não nos esqueçamos que ele chegou ao poder pela força.

EXP.- A melhor solução seria a sua renúncia?

F.F.- Seria uma solução digna. Pela primeira vez, Nino Vieira se apaziguaria com a história. Seria um acto de consciência, de ombriedade.

EXP.- O futuro da Guiné passa pelo afastamento de Nino?

F.F.- Ele é o fator número um de desestabilização de inimizade entre irmão Guineenses. Ele entende o Estado um instrumento pessoal e não como um instrumento da sociedade e dos cidadãos. Ele entende que é “dono do chão”, o dono do país. Seria muito bom que ele renunciasse.

EXP.- A essa luz, o derrube de Luís Cabral foi um desastre...

F.F.- Acho que sim. Até aí, houve descalabros, morticínios, abusos no tocante aos direitos humanos, mas nessa época o Estado funcionava. É certo que com um pouco guerrilheiro. Mas quando Nino Vieira assumiu o poder, havia paz. Prometeu a paz e a concórdia. Só que fez da concórdia nacional a concórdia do cavalo e do cavaleiro – sendo ele o cavaleiro e a sociedade o cavalo...

EXP.- Luís Cabral tem algum lugar no futuro da Guiné?

F.F.- É um cidadão da Guiné, um combatente da liberdade da pátria. Quem o pode impedir de assumir cabalmente os seus direitos? Se ele entendesse voltar para a Guiné hoje, eu seria capaz de ir espera-lo ao aeroporto, para lhe dar as boas-vindas.

EXP.- Ele poderia candidatar-se a Presidente?

F.F.- Eu gostaria de ver na Guiné um chefe de Estado parecido em certos aspectos com Luís Cabral. Ele não roubou o Estado, não foi corrupto e na sua presidência nenhum dirigente se atreveu a ser corrupto. Gostaria não só de o ver voltar como de se candidatar à Presidência.

EXP.- Apoiaria?

F.F.- Não teria dúvidas, se as outras candidaturas não me sugerissem a necessidade imperiosa de voltar noutra personalidade.

EXP.- Não concordou muito com o acordo de Abuja.

F.F.- Há razões objetivas que me levou a discordar. Limitou-se a aflorar algumas questões de ordem militar, enquanto deixa em silencio as questões fundamentais de ordem política, institucional e social, que foram as causas mediatas do levantamento.

EXP.- Ansumane Mané tem craveira para ser Presidente?

F.F.- O brigadeiro é tão humilde e honesto que já disse por várias vezes que nunca será Presidente. Ele tem repetido que vai deixar as responsabilidades políticas nas mãos dos mais novos, porque já chegou o tempo de ir tratar das famílias e dos filhos.

EXP.- Não há o perigo da junta se perpetuar no poder?

F.F.- Não. A Junta quer levar o país à normalização política, no respeito rigoroso pela Constituição.

EXP.- O programa da Junta é o estabelecimento da democracia?

F.F.- Absolutamente. Com a completa despartidarização e despolitização das Forças Armadas e de segurança, a abolição da política e a moralização das instituições públicas.

EXP.- Não poderá haver uma certa sedução face à experiência militarista da vizinha Gâmbia?

F.F.- Penso que não. A sedução não será tanto pela eventual militarização que tenha existido nos primórdios do regime do Presidente Yahya Jammeh (porque ele, depois, sujeitou-se a eleições democráticas) mas pelas realizações que ele conseguiu realizar em quatro anos. É patente o esforço desse homem, que não tem pejo nenhum de dizer a outros chefes de Estado que a razão direta do subdesenvolvimento se situa na incompetência e na corrupção dos dirigentes africanos.

EXP.- Vide o caso da Guiné...

F.F.- Exatamente. Nino Vieira, que nunca recebeu herança que se conheça, que nunca recorreu a um crédito bancário significativo, hoje é um dos homens mais ricos do mundo.

EXP.- Do mundo?

F.F.- Sim. E Presidente de um dos países mais pobres do mundo. A sua fortuna está avaliada num montante aproximado ao da dívida externa da Guiné-Bissau.

EXP.- Essa acusação é pesada. Dispõe-se a prova-la em tribunal?

F.F.- Já escrevi um livro sobre isso, mas ninguém o imprimiu. Se for o caso, garanto que me defenderei.

EXP.- Não teme por si e pela sua família?

F.F.- Olha, eu estou a correr riscos desde os 16 anos, quando decidi aderir ao PAIGC". (CASIMIRO, 2006, p. 14-20).¹

Na visão de CASIMIRO (2006), João Bernardo Nino Vieira, regressou ao país não para ser candidato, mas para ser julgado segundo o que consta na carta escrito por ele mesmo

¹ Fonte Joé Pedro Castanheira. Copyright 1998 Sojornal. Todos os direitos reservados.

Nino Vieira a liga Guineense de direitos humanos. Ele não foi respondido pela liga Guineense, pois não tinha condições para a segurança dele, mesmo assim ele veio a bordo de um avião militar para um país da qual ele foi exilado na sequência de uma luta armada que ele mesmo foi promotor.

Nino Vieira, deposto e exilado em Portugal, expulso do partido do qual foi um dos ícones, ameaçados de julgamento pelos crimes cometidos, depois de seis anos no exterior, voltou espetacularmente para Guiné-Bissau, para resumir um lugar no palco político do país, apesar de juridicamente disso estar impedido. Depois de turbulenta campanha eleitoral, foi consagrado por mais da metade da população votante como o quarto presidente, eleito em 24 de junho de 2005 (AUGEL, 2007, p. 65).

João Bernardo Nino Vieira foi presidente de um país a 18 anos e não ajudou o país em nada além de criar ódios contra ele mesmo, a próprio guerra desencadeado por ele em 07 de junho de 1998, foi fruto da sua desobediência e de se considerar superior a todos. Segundo os antigos combatentes a ideia não era voltar a pegar em armas para lutar contra Nino, mas como ele os provocou e trazendo as forças estrangeiras para os desafiar, eles não podiam fazer nada a não ser responder a ele.

De acordo com AUGEL (2007). O presidente guineense, Nino Vieira, decidiu afastar do seu cargo o chefe de Estado Maior das Forças Armadas General Ansumane Mané, sob a alegação de estar ele implicando no tráfico de armas em Casamansa. Esse episódio não foi senão a ponta do iceberg de um conflito interno mais profundo e bem mais alargado, reflexo de crescentes insatisfações de ordem política, social e econômica que mereceria uma análise mais extensa. Ansumane Mané, amigo de íntimo e companheiro de armas do presidente Nino Vieira desde as lutas pela independência, tendo estado ao seu lado na tomada do poder em 1980, conhecedor profundo dos segredos militares do país (e das irregularidades da elite política e militar), não podia aceitar sem contestar tais acusações. Diante da comissão de inquérito da Assembleia Nacional Popular, recusou assumir essa responsabilidade, denunciando, inclusive, o próprio Nino Vieira como mentor da comercio de armas com os rebeldes.

Essa denúncia de General Ansumane Mané, contra o Presidente Nino Vieira, sem sobra de dúvida foi o que motivou o levantamento militar que colocou o fim a presidência do Presidente Nino Vieira, que mais tarde se deu na guerra de 1998 que durou 11 meses.

De acordo com Casimiro (2010, p.5). Encaixa-se e bem, se fizermos a seguinte “montagem”: no passado dia 02 de março de 2009, um grupo de militares dirigidos por mim, António Indjai, viu-se abrigado a tomar medidas com vista a pôr ordem no país, porque a

forma como Estado estava a ser dirigido, iria culminar num conflito iminente. O Presidente da República, General João Bernardo “Nino” Vieira, conduzia o país como se fosse a sua propriedade pessoal, tomando sobre si toda a administração do mesmo, tendo chegado ao ponto de mandar matar o Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, General Tagme Na Waie, o que motivou a nossa pronta resposta que culminou também na sua morte.

Em seguida foi uma entrevista do encontro de Didinho Fernando Casimiro com Capitão Pansau Intchama na Escola Prática de Infantaria em Portugal, com finalidades de obter informação sobre o assassinato do Presidente Nino Vieira que ele o Capitão Pansau foi um dos participantes sob ordens do General António Indjai.

Pansau, onde estava António Indjai na madrugada em que o ex-Presidente Nino Vieira foi assassinado? Perguntei. Hum, onde achas que devia estar? É assim Pansau acusam-te de seres criminoso, de teres participado na morte de Nino Vieira, sabem que estiveste lá, mas certamente, digo eu, não estavas sozinho....

Olha, sou militar, como militar respeito os meus superiores e cumpro as suas ordens. Estávamos, estivemos todos em casa do ex-Presidente Nino Vieira nessa noite. O nosso comandante era o António Indjai. Um militar cumpre as ordens do seu superior hierárquico...

Por que não falam do Major Tcham na Man, questionou, dando a entender que foi este oficial, aliás, referenciado na altura, quem teve maior participação na morte de Nino Vieira.

De seguida, disse-me: se não fosse a minha pronta intervenção, o grupo de militares que aí estava teria violado a esposa do Presidente! Eu é que a tirei das mãos deles e disse-lhe para ir embora, ao que respondeu: obrigado nha fidjo. Obrigado meu filho. Que relação existe entre o duplo assassinato de Tagme na Waie e Nino Vieira, perguntei.

O assassinato de Tagme Na Waie, tem a ver com o narcotráfico, com os aviões que até hoje estão no aeroporto de Bissalanca...

Mas isto quer dizer que as disputas provocadas pelo controlo do narcotráfico, entre Tagme Na Waie e Nino Vieira, ditaram a morte do Tagme e que de seguida houve um aproveitamento estratégico de pessoas interessadas na tomada do poder e que incitaram os militares a vingarem-se, assassinando o ex-Presidente Nino Vieira, por, alegadamente se atribuir a ele a autoria moral do assassinato de Tagme Na Waie (CASIMIRO, 2010, p. 11)

Segundo artigo publicado por Diário de Notícias (DN) de Comunidade dos Países de Língua oficial Portuguesa (CPLP), em 2012, mostra que, desde a independência do país em 73 até a data presente, a instabilidade tem mantido a guine num país estático, pobre e violento, por causa de sucessivos golpes e derrube de muitos governos que passaram no país, que termina em assassinatos dos líderes políticos ou militares ou até dos cidadãos civis.

Estas são as principais datas da Guiné Bissau, desde que viu a independência reconhecida por Portugal até aos dias de hoje. E com muitos golpes militares pelo meio.

A pós a independência de Portugal, 10 de setembro 1974 Portugal reconhece a independência da Guiné Bissau, um ano depois da morte de Amílcar Cabral. Luís Cabral o

seu irmão, assume a presidência do novo povo e do país. No dia 14 de novembro 1980, Luís Cabral é derrubado num golpe militar levado a cabo por João Bernardo Nino Vieira. Em 3 de junho 1994 Nino Vieira foi eleito nas primeiras eleições presidenciais. No dia 6 de junho 1998, Ansumane Mané é destituído de chefe de estado maior general por Nino. Ele e os seus homens rebelam se e o país entra em guerra civil.

Em 1999 dia 7 de maio militares liderados por Asumane Mané derruba Nino Vieira. Junta militar instala Malam Bacai Sanhá como presidente interino e Nino parte para o exílio em Portugal. Em 2003 no dia 14 de setembro, Kumba Ialá, que fora eleito presidente nas eleições presidenciais de 2000, é derrubado do poder por um golpe de Estado militar. Ansumane Mané também já tinha sido morto nessa altura ao tentar fazer um golpe, 20 de setembro Henrique Rosa assume interinamente as funções de presidente. No mês de março de 2004 PAIGC vence as eleições legislativas.

6.1 A ESPERANÇA NA ESTABILIDADE

Em 2005 no dia 7 de abril, Nino Vieira regressa ao país depois do seu exílio em Portugal e chega ao poder através da vitória nas eleições presidenciais de junho desse ano. Em outubro Nino Vieira demite de primeiro ministro Carlos Gomes Júnior, em 2007 no mês de março e abril Aristides Gomes demite se depois de o seu governo perder uma moção de confiança. Martino Ndafo Kabi é nomeado primeiro ministro.

6.2 CRISE POLÍTICA DE 2008

No dia 5 de agosto de 2008, quase 16 meses depois de empossado, é demitido o governo de Martinho Ndafo kabi, que emergiu de uma crise política prometendo acabar com a corrupção e o tráfico de droga, 8 de agosto foi destituição do chefe de Estado Maior da Armada, almirante Bubo Na Tchuto, por tentativa de perturbação da ordem constitucional. No mês seguinte, Bubo pede auxílio humanitária a Gâmbia. No dia 6 de outubro, o então secretário geral da ONU, Ban Ki-Moon, afirma que a Guiné Bissau está a converter se num mercado de drogas. 16 de novembro vários tiros e explosões de granadas são ouvidas de madrugada em Bissau próximo da residência do Presidente Nino Vieira. Da ação resultou uma morte e um ferido entre os seguranças do chefe de Estado.

6.3 O ATENTADO QUE MATOU NINO VIEIRA

No dia 2 de janeiro de 2009, o líder do PAIGC, Carlos Gomes Junior, é empossado como primeiro ministro. 1 de março do mesmo ano, uma explosão no Quartel General das Forças Armadas mata o general Tagme Na Waié, tornado se no terceiro CEMGFA a ser morto numa década, todos em circunstâncias algo difícil de apurar. No dia 2 de março horas depois da explosão no Quartel General, militares armados atacam a residência do Presidente João Bernardo Nino Vieira, matando-o. 3 de março o Presidente da Assembleia da Republica da Guiné Bissau, Raimundo pereira, assume interinamente a chefia de Estado. 6 de abril Zamora Induta é nomeado interinamente para o cargo de chefe de Estado Maior General das Forças Armadas até haver novo presidente. 5 de junho Baciro Dabó, candidato as presidências de 28 de junho, é assassinado de madrugada na sua residência em Bissau. Fontes da candidatura responsabilizam homens com uniformes militares. 8 de setembro Malan Bacai Sanha, vencedor das presidências, toma posse no Estádio Nacional 24 de Bissau e promete que não haverá mais golpes no país ou a queda de qualquer governo legitimamente eleito.

No dia 1 de abril de 2010, o Primeiro ministro da Guiné Bissau, Carlos Gomes Junior, e o chefe das Forças Armadas, Zamora Induta, são feitos reféns por militares. Induta é destituído pelo chefe do estado maior general das Forças Armadas António Indjai é nomeado para o mesmo cargo. Carlos Gomes Junior acabou por ser depois libertado e tentou controlar a fúria popular. 20 de março 2011 Angola envia uma missão técnica de mais de uma centena de homens destinadas a recuperar casernas militares e formar elementos da polícia.

6.4 TUMULTOS DE NATAL E MORTE DE SANHA

Em 26 de dezembro 2011, um dia depois do natal anunciou-se mais uma tentativa de golpe de Estado e houve troca de tiros nalguns pontos de Bissau. O Governo disse tratar-se de uma tentativa de subtração de armas de um paiol do Exército, mas o chefe das Forças Armadas, António Indjai, disse tratar-se de um golpe militar que visava eliminar fisicamente Carlos Gomes Júnior. Vários militares encontram-se detidos por ligações a este caso, entre os quais o chefe do Estado maior da Armada Bubo Na Tchuto.

No dia 9 de janeiro 2012, Malam Bacai Sanhá, Presidente da Guiné-Bissau, morre em Paris aos 64 anos, vítima de doença prolongada. 18 de março, nove candidatos apresentam-se as eleições presidenciais. 12 de abril, golpe de estado entre as duas voltas das presidenciais depõe o primeiro ministro Carlos Gomes Júnior e o Presidente interino Raimundo Pereira.

Atualmente há um governa de transição, liderado por Serifo Nhamadjo, o qual nomeu o primeiro ministro Rui Duarte de Barros. O conselho de segurança impôs, depois sanções aos líderes golpistas.

Em julho o conselho de Segurança da ONU expressou a sua preocupação em relação ao aumento do tráfico de droga na Guiné Bissau, desde o golpe.

O Presidente da transição, Serifo Nhamadjo e com o governo liderado por Rui Duarte de Barros tinham uma missão a cumprir, que visava a organizar as eleições legislativas mais rápido possível, pois o país estava passando por momentos de profunda crises política e econômicas.²

6.5 CRISE POLÍTICA DE 2015

Há cerca de dois anos que o país foi vítima de golpe de estado. No dia 13 de abril e 18 de maio de 2014 a Guiné Bissau foram as urnas para escolha de novo presidente, da qual o PAIGC, foi vencedor no segundo turno. Finalmente no dia 23 junho de 2014, o novo presidente José Mario Vaz foi empossado no estádio nacional 24 de setembro, a posse de José Mario Vaz marca assim o regresso a ordem constitucional.

Questionado sobre a crise política na Guiné-Bissau e qual a solução para o país, o secretário-geral da ONU, António Guterres, afirmou que numa primeira fase se deve respeitar o acordo de Conacri, e posteriormente deve ser realizada eleições.

A Guiné Bissau está há mais de dois anos mergulhada numa crise política que resultou na demissão do Presidente José Mário Vaz demitir o chefe do executivo, Domingo Simões Pereira, por suspeitas de corrupção, na altura, acusações que nunca foram formalizadas. Desde então vários primeiros ministros foram apontados, alguns pelo PAIGC e outros pelo chefe de Estado. Porém a constituição do país diz que é o partido mais votado nas eleições, neste caso o PAIGC, que deve apontar um nome para primeiro-ministro.

O impasse político levou à intervenção da CEDEAO, Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, que apresentou como plano de mediação, o acordo de Conacri. O documento prevê a formação de um governo consensual integrado por todos os partidos guineenses representados no Parlamento e a nomeação de um primeiro ministro de consenso e de confiança do chefe de Estado, entre outros³.

² <https://www.dn.pt/globo/interior/as-principais-da-guine-bissau-2366022.html>>acessado em 27/04/2018.

Para um país que não tinha mais a esperança, com a tomada de posse de presidente Vaz, todo mundo acreditou que o país ia desta vez avançar para um futuro tão esperado por todos guineenses, mas ao longo de um ano o presidente José Mario Vaz, disse não se entender com o primeiro ministro Domingos Simões Pereira, acusando o governo liderado por ele de corrupção e de nepotismo, em 2015 o chefe do governo Domingos Simões Pereira, foi exonerado por presidente José Mario Vaz, e Baciro Djá foi nomeado para o mesmo cargo, depois de um mês de mandato ele pediu a demissão, de agosto a setembro.

Gostaria de chamar atenção a um pequeno detalhe que aconteceu durante a corrida de José Mario Vaz para o cargo do presidente da República da Guiné Bissau. Numa entrevista no TGB, Radio Televisão da Guiné Bissau, perante as câmeras José Mario Vaz disse que se os guineenses votaram por falha no candidato Nuno Gomes Na Biam esse iria derrubar o governo liderado por engenheiro Domingos Simões Pereira, acrescentou ele, não é preciso ir ao feitiço para saber que se o Nuno for eleito presidente não vai trabalhar com o primeiro ministro escolhido nas urnas pelo povo, mas não sabemos o que foi que aconteceu para ser ele mesmo presidente a derrubar o governo do seu próprio partido.

No mês de setembro 2015, Carlos Correia foi nomeado para o cargo do primeiro ministro, que permaneceu no poder até maio de 2016, o seu governo foi exonerado, mais uma vez Baciro Djá é nomeado para o cargo, a sua demissão ocorreu em novembro de 2016.

A convite do mediador da CEDEAO, sua Excelência o Professor Alpha Condé, Presidente da República da Guiné, teve lugar em Conacri, do dia 11 a 14 de setembro 2016, uma reunião de concertações sobre a situação na República da Guiné Bissau. Este encontro inscreve-se no quadro da implementação do roteiro da CEDEAO para uma saída da crise intitulado “acordo para uma saída de crise política na Guiné-Bissau, assinado em Bissau no dia 10 de setembro de 2016.

O primeiro ponto do acordo disse o seguinte: num processo consensual para a escolha de um Primeiro Ministro que tenha a confiança do Presidente da República. O Primeiro Ministro deverá exercer funções até às eleições legislativas de 2018.

Em novembro de 2016, após assinatura de acordo de Conacri, Umaro Sissoco Embaló foi empossado por Joé Mario Vaz, como primeiro ministro, e foi exonerado no dia 16 de janeiro de 2018. Para recordar Marcel de Sousa, presidente da comissão da CEDEAO: “Quem foi escolhido em Conacri foi Augusto Olivais, mas quem foi nomeado foi Umaro Sissoco”. Fonte ditadura do consenso. Blogspot.

³ <http://www.africa21online.com/artigo.php?a=22299=pol%c3%a> >acessado em:14/02/2019
Fonte RFI, entrevista de António Guterres secretário geral da ONU, no dia 02/02/2018.

“A exoneração do primeiro ministro guineense, Umaro Sissoco Embaló, hoje decretado pelo chefe do Estado, José Mário Vaz, não é suficiente para acabar com a crise política no país, defenderam alguns partidos ouvidos pela Lusa.

João Bernardo Vieira, porta-voz do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), vencedor das últimas eleições, mas arredado por poder devido às divergências com o Presidente guineense, indicou à Lusa que a exoneração de Umaro Embaló “por si só não acaba com a crise”.

“Esta crise só irá acabar quando o Presidente nomear Augusto Olivais primeiro-ministro, como diz o Acordo de Conacri”, defendeu, referindo-se ao instrumento proposto pelos líderes da África Ocidental como solução para impasse político que dura há mais de dois anos na Guiné-Bissau.

Falando em nome do coletivo de partidos de oposição democrática, que reagrupa 18 formações políticas que contestam o Presidente José Mário Vaz, Idrissa Djalo disse à Lusa que a exoneração de Umaro Sissoco Embaló “é mais uma manobra” do chefe do Estado guineense.

“Esta exoneração de Umaro Embaló é mesma manobra que José Mário Vaz quer fazer, como fizera com os outros primeiros-ministros que colocou e tirou do poder”, observou Djalo.

Umaro Sissoco Embaló é quinto primeiro-ministro exonerado pelo líder guineense, em três anos de mandato.

O porta-voz dos partidos de oposição democrática defendeu que “desta vez” José Mário Vaz “não terá outra saída” que não passará pela nomeação de “um primeiro-ministro de consenso” que, disse, “é Augusto Olivais”.

Contatada pela Lusa, fonte do Partido da Renovação Social (PRS), único dos cinco partidos no parlamento guineense, que apoiou o governo de Umaro Embaló, disse que aquela formação política “para já não pretende reagir” sobre a exoneração do primeiro-ministro. A Lusa tentou contatar os outros três partidos com assento parlamentar, PCD, PND e UM, mas ninguém se manifestou disponível para falar.⁴

No dia 31 de janeiro do ano em curso, aproximadamente duas semanas depois de derrube do governo liderado por Umaro Sissoco Embaló, mais uma vez José Mario Vaz nomeou para o cargo do Primeiro ministro Artur Silva⁵ com finalidades de organização das

⁴ <https://www.dn.pt/lusa/interior/exoneracao-do-pm-da-guine-bissau-e-insuficiente-para-acabar-com-crise-partidos-9052842.html>. > acessado em: 20/02/2019
Fonte Agencia Lusa.

eleições propostas para outubro deste ano, nomeação que vai ser contestada pelo presidente do partido africano para a independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Domingos Simões Pereira disse que a nomeação do Artur Silva não corresponde com a decisão do acordo de Conacri, e ainda salientou que a nomeação de Silva é inconstitucional, pois não obedece aos requisitos traçados no acordo em Conacri.⁶

De acordo com Acadêmico guineense Carlos Lopes, a crise política na Guiné-Bissau não tem fim à vista, apesar da assinatura do Acordo de Conacri há mais de um ano. Enquanto líderes debatem soluções, analistas Carlos Lopes recomenda apostas nas novas eleições. Para esta quinta e sexta-feira (14 e 15 de dezembro) estão marcados protestos em Bissau. Os partidos da oposição deverão voltar à rua para exigir a demissão do governo guineense e o cumprimento do Acordo de Conacri. Além disso, as principais líderes políticas guineenses reúnem-se nos próximos dias na Nigéria para discutir a crise política na Guiné-Bissau. A reunião foi convocada pelos Presidentes do Togo e da Guiné-Conacri, Faure Gnassingbé e Alpha Condé respetivamente, antecedendo a conferência de chefes de Estados e de Governos da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, a ter lugar na capital nigeriana, Abuja. Nas vésperas do encontro, o académico Carlos Lopes considera que a prioridade deve ser a organização das próximas eleições, para que sejam íntegras. Em entrevista exclusiva à DW, em Lisboa, o economista guineense comenta que “neste momento, o Acordo de Conacri é uma espécie de simbolismo do impasse político na Guiné-Bissau”.

Sem apontar nomes, Lopes afirma que o problema está nos políticos. “Precisamos de dar muito mais espaço à juventude. Acho que os jovens têm uma visão diferente das coisas”, afirma o investigador na universidade de Oxford. Sendo assim, pode mais humildade à classe política, que tem de ser “capaz” de reconhecer que o desenvolvimento é a prioridade. “Se não fizermos o esforço coletivo para o desenvolvimento, vamos falhar uma viragem importante numa altura em que o mundo não está à nossa espera. A velocidade das transformações acelera e, portanto, países como a Guiné-Bissau já estão a reboque e acabam por ficar completamente esquecidos, porque já há um cansaço das crises guineenses”, diz Carlos Lopes.

O também sociólogo critica o excesso de personalização do debate político na Guiné-Bissau, o que põe em causa o interesse nacional. “Esse excesso de personalização tem a ver

⁵<https://www.dw.com/pt-002/artur-silva-nomeado-novo-primeiro-ministro-da-guin%C3%A9-bissau/a-42375232> <acessado em: 30/04/2018. Autoria Agencia Lusa, gsc. Artur Silva nomeado novo primeiro ministro da Guiné-Bissau.

⁶<http://www.dw.com/pt-002/presidente-da-guin%C3%A9-bissau-demite-governo/a-18646593> > acessado em: 02/05/2018.

com uma coisa muito clara a falta de solidez das instituições”, sublinha. “Quando as instituições não são sólidas, fala-se mais dos protagonistas. Mas quando as instituições têm, de facto, um protagonismo e uma força maior, o papel das personalidades deixa de ser tão polarizante.

O académico, também ligado à Universidade do Cabo, na África do Sul, não quer entrar em polémicas, apontado o dedo seja a quem for. Realça apenas que “o sistema política ou o processo democrático guineense é muito deficitário, com contornos medíocres”, precisamente porque as instituições não são muito sólidas. “Não é por acaso, por exemplo, que cada pessoa tem uma visão diferente da Constituição”, refere Carlos Lopes.

O ex-secretário executivo da comissão Económica das Nações Unidas para África afirma, por último, que é importante o apoio da comunidade internacional para o fim das crises políticas, mas considera antes fundamental a mudança de mentalidade dos dirigentes guineenses. “O debate está à volta disso: vamos ou não ter eleições íntegras?” Questiona. Carlos Lopes exorta os guineenses a terem esperança no seu futura⁷.

No dia 16 de abril 2018, Aristides Gomes foi nomeado por presidente José Mario Vaz, assim sendo o sétimo primeiro ministro da Guiné Bissau, a ser nomeado por José Mario Vaz no espaço de três anos.⁸

Segundo presidente José Mario Vaz, Aristides Gomes foi nomeado para organizar as eleições legislativas que devem ter lugar no dia 18 de novembro do ano em curso.

O novo primeiro-ministro foi nomeado pelo presidente, José Mário Vaz, para chefiar um Governo inclusivo, que terá como missão a realização de eleições legislativas ainda este ano. Espera-se que ainda este ano se realizem eleições legislativas no país. O Presidente guineense, José Mario Vaz, nomeou esta segunda-feira o sociólogo Aristides Gomes, 63 anos, primeiro-ministro do país para chefiar um Governo inclusivo, que terá como missão a realização de eleições legislativas ainda este ano. O decreto presidencial que anunciou a nomeação de Aristides Gomes, tornando público esta segunda-feira pela presidência guineense, indica que o nome do político resultou de uma série de consultas desencadeadas por José Mario Vaz para a escolha de uma figura de consenso para o cargo.

As diligências visaram encontrar um mecanismo que pusesse fim definitivo a crise política que afeta a Guiné-Bissau há cerca de três anos, refere o decreto presidencial. Aristides

⁷ <https://www.dw.com/pt-002/acordo-de-conacri-simboliza-impasse-pol%c3%ADtico-na-guin%c3%A9-bissau/a-41790644> >acessado em: 14/02/2019. Autor: João Carlos

⁸ <https://www.vaticannews.va/pt/mundo/news/2018-04/guine-bissau-aristides-gomes-e-o-novo-primeiro-ministro.html>> acessado em: 29/04/20018.

Gomes é assim o sétimo primeiro-ministro nomeado por José Mario Vaz, eleito Presidente da Guiné-Bissau em 2014. Sociólogo formado em França, Aristides Gomes, dirigente do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), de que chegou a ser primeiro vice-presidente, vai liderar um Governo que terá a missão de organizar eleições legislativas que José Mário Vaz pretende que tenham lugar a 18 de novembro.

O líder guineense prometeu divulgar ainda esta segunda-feira o decreto presidencial a fixar a data da ida às urnas. O nome de Aristides Gomes ficou retido como figura consensual para liderar o próximo Governo guineense na sequência de conversações entre os dois principais partidos no Parlamento, o PAIGC e o PRS (Partido da renovação Social).

O facto foi formalmente assumido pelos líderes da Comunidade Económica de Estados da África Ocidental (CEDEAO), que estiveram reunidos, no último sábado, em Lomé, no Togo, e salientado no comunicado final do encontro. Aristides Gomes, que já foi primeiro-ministro guineense entre novembro de 2015 a abril de 2017, toma posse esta segunda-feira às 15h00 de Bissau, no palácio da presidência.⁹

7 METODOLOGIA

Na metodologia a nossa pesquisa obedeceu ao método qualitativa, pretendemos trabalhar com as entrevistas, artigos, blogs relacionados ao assunto a ser pesquisado e alguns autores Guineenses que falaram sobre o mesmo assunto.

De acordo com Gil (2002, p. 17):

Há muitas razões que determinam a realização de uma pesquisa. Podem, no entanto, ser classificadas em dois grandes grupos: razões de ordem intelectual e razões de ordem prática. As primeiras decorrem do desejo de conhecer pela própria satisfação de conhecer. As últimas decorrem do desejo de conhecer com vistas a fazer algo de maneira mais eficiente ou eficaz.

Diante disso, quanto abordagem a nossa pesquisa será qualitativa, na perspectiva de conhecer e entender quais caminhos a tomar para compreender essa instabilidade política que assolou o país a muitos anos.

⁹ <https://observador.pt/2018/04/16/aristides-gomes-nomeado-novo-primeiro-ministro-da-guine-bissau>>acessado em: 18/02/2019. Autor José Goulao/Lusa.

No que tange a objetivos da nossa pesquisa obedecerá a uma pesquisa exploratória tendo em conta a fraca produção sobre o tema. Neste caso, uma pesquisa exploratória podia ser no entendimento de GIL (2007 *apud* GEHARDT; SILVEIRA, p. 35).

Este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão.

No entanto para materialização de uma pesquisa, ela é acompanhada dos seus procedimentos técnicos, sendo assim, os caminhos que vão ser percorridos para possível resposta a questionário apresentado encimam como pergunta de partida, a nossa pesquisa será bibliográfica que no entendimento de Gil (2002, p. 44)

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas.

Em suma, estes métodos acima expostos sustentarão o desenvolvimento da nossa pesquisa que poderá possibilitar uma resposta sobre a problemática a ser pesquisado.

8 CRONOGRAMA

| Período Atividades | 2019 1º Semestre | 2020 2º-3º Semestre | 2021 4º-5º Semestre | 2022 6º Semestre |
|-----------------------------------|---------------------------------|------------------------------------|------------------------------------|---------------------------------|
| Levantamento | X | | | |
| Seleção de leituras | | X | | |
| Elaboração de instrumentos | | X | | |
| Aplicação | | | X | |
| Tabulação | | | X | |
| Redação | | | X | |
| Revisão geral e Defesa | | | | X |

REFERÊNCIAS

- Agencia Lusa, gsc. Titulo. Guiné-Bissau, Crise política, Presidente José Mário Vaz, Primeiro Ministro, Artur Silva, PAIGC, Domingos Simões Pereira, Augusto Olivas. **Artur Silva nomeado novo primeiro ministro da Guiné-Bissau. Acessado 30/04/18**
- Agencia Lusa. Autor José Goulão. **Aristides Gomes nomeado novo primeiro ministro da Guiné-Bissau. Acessado em 18/02/2019**
- Agencia Lusa. Titulo. Guiné-Bissau, exoneração, Umaro Sissoco Embaló, José Mário Vaz, Primeiro Ministro, dialogo, Acordo de Conacri. **Exoneração do primeiro ministro da Guiné-Bissau é insuficiente para acabar com a crise. Acessado 20/02/2019**
- CPLP. DN, Diário de Notícias. **Principais datas da Guiné-Bissau. 2012**
- BWOCK, Mahyona Fernandes. **Crise política na Guiné-Bissau (1998-2012)**. Universidade de Brasília. 2015.
- CORDEIRO, Roberto Sousa. **Guiné-Bissau: entre as sombras do militarismo e da impunidade. S /d.**
- CASIMIRO, Fernando (Didinho). **Carta aberta a sua Exa. O senhor General João Bernaldo “Nino” Vieira. 2006**
- CAMPOS, Ámerico. **História da Guiné-Bissau em datas. 2012**
- AUGEL, Moema Parente. **O DESAFIO DO ESCOMBRO: NAÇÃO, IDENTIDADE E PÓS-COLONIALISMO NA LITERATURA DA GUINÉ-BISSAU. 2007.**
- CORDEIRO, Roberto Sousa. **A Constituição guineense do período da transição política e as prerrogativas militares à luz dela: legados autoritarismo. S/d.**
- CASIMIRO, Fernando (didinho). **Meu encontro com Capitão Pansau Ntchama. 2010**
- DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. **Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.2, n.4, p.0113, Sem II. 2008 ISSN 1980-7031**
- GEHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Método de pesquisa. 1 edição, 2009. Universidade Rio Grande de Sul.**
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002**
- LOPES, Carlos. Titulo. Guiné-Bissau, Acordo de Conacri, Conacri, CEDEAO, Carlos Lopes, Crise política. **Acordo de Conacri simboliza “impasse política” na Guiné-Bissau. Acessado em 14/02/2019. Autor: João Carlos.**